

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE GOIÁS
SESC/AR/GO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 21/01.00005

O **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC** – Administração Regional no Estado de Goiás, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, por intermédio de sua Autoridade Competente, COMUNICA a realização de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, segundo o objeto a seguir descrito, a ser conduzida e julgada pela Comissão de Licitação designada pela Ordem de Serviço nº 111/2021, regida pela Resolução Sesc n.º 1.252/2012, de 6/6/2012, do Conselho Nacional do Serviço Social do Comércio, publicada na Seção III do Diário Oficial da União, edição de n.º 144, de 26/7/2012 e pelas disposições constantes deste instrumento convocatório e de seus anexos à disposição das empresas interessadas no site www.sescgo.com.br ou na Sede da Administração Regional do Sesc Goiás localizada à Rua 31-A, nº 43, Quadra 26-A, Lote 27-E, Setor Aeroporto, Goiânia - GO.

1. DA SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES:

1.1. Os envelopes contendo documentação de habilitação e proposta devem ser enviados ao endereço abaixo até a data e horário de abertura da sessão.

DATA: 09/09/2021.

HORA: 09:00 horas.

LOCAL: Rua 31-A, nº 43, Quadra 26-A, Lote 27-E, Setor Aeroporto, Goiânia - GO.

2. DOS ESCLARECIMENTOS DE DÚVIDAS: Até dois dias úteis anteriores à data da sessão de abertura, por meio eletrônico, para o seguinte endereço: licitacao@sescgo.com.br ou protocoladas à Comissão de Licitação no endereço Rua 31-A, nº 43, Quadra 26-A, Lote 27-E, Setor Aeroporto, Goiânia - GO.

3. OBJETO

3.1. A presente licitação destina-se a contratação de empresa para prestação de serviço de reforma na unidade Sesc Cidadania, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

4. DA VISITA TÉCNICA

4.1. A visita técnica é obrigatória, devendo ser previamente agendada por telefone, (62) 3250-8097, entre 08h-12h e 13h-17h. Tratar com Daniela Divina Vieira Pontes.

4.2. A realização de visita ao local de execução dos serviços/de instalação do objeto nas dependências da unidade deverá ser procedida até o dia imediatamente anterior à data da sessão de abertura do certame, por intermédio de seu representante/responsável, a fim de verificarem as condições para a realização do serviço/fornecimento;

4.3. Não serão aceitas justificativas relativas ao desconhecimento das condições dos locais de execução do serviço e instalação do objeto a título de obtenção de pagamentos adicionais, aditivos e ou prorrogação de prazos.

4.4. A visita técnica tem por objetivo dar ao Sesc/GO a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto deste Edital e que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a plena execução do objeto, evitando futuras alegações de desconhecimento das características do objeto deste Edital, resguardando o Sesc/GO de possíveis inexecuções contratuais.

4.5. Considerando a complexidade de execução do objeto deste Edital, a Reforma da unidade Sesc Cidadania, na qual pode ocorrer divergências nos quantitativos da planilha em relação aos quantitativos reais e as condições especiais de execução do objeto (por exemplo, a pintura do auditório e de fachadas curvas com *brises*, reparos no telhado, entre outros). Deverá a proponente, obrigatoriamente, realizar a visita técnica antes do certame licitatório, de forma a propiciar ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto deste Edital, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar da presente licitação empresas **cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da presente licitação**, legalmente constituídas, observadas a necessária qualificação estabelecida neste instrumento convocatório, bem como apresentação dos documentos nele exigidos.

5.2. Não estejam sob decretação de falência, dissolução ou liquidação.

5.3. Uma pessoa física não poderá representar mais de um licitante, bem como cada licitante só poderá ser representado por uma pessoa física.

5.4. Cada empresa só poderá apresentar uma proposta, sendo vedada a participação concomitante de empresas que, embora com denominações diferentes, tenham sócios comuns.

5.5. Não se admite a formação de consórcios de empresas.

5.6. Estarão impedidas de participar desta licitação, pessoas jurídicas que:

a) Estejam suspensas de licitar com o SESC (nos prazos e condições do impedimento).

b) Tenham participação, a que título for, de dirigentes ou empregados do SESC Goiás

c) Estejam reunidas em consórcio/ou associação de empresas.

d) Tenham prestado consultoria, assessoria ou elaborado projetos, para o SESC Goiás, e que esses serviços tenham se referido ao planejamento desta licitação.

6. DO CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE

6.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por meio de:

6.1.1. **Sócios, proprietários ou dirigentes**, devendo apresentar documento de identificação, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

6.1.2. **Representantes ou procuradores**, deverão apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado do documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas;

6.2. Cada representante legal deverá representar apenas uma empresa licitante.

6.3. A não apresentação da documentação acima evidenciada na fase de credenciamento impedirá qualquer pessoa presente de se manifestar e responder pela licitante, sem prejuízo do seu direito de oferecimento das propostas e dos documentos de habilitação.

6.4. Os documentos apresentados na fase de credenciamento podem ser aproveitados para a fase de habilitação, a exemplo do documento oficial de identidade, contrato social e procuração, não sendo necessária a entrega dos mesmos documentos em ambas as fases.

7. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

7.1. As empresas proponentes **deverão** apresentar os envelopes distintos e lacrados de **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL**, indicando na parte externa, os seguintes dados:

ENVELOPE I – HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA
SESC Nº 21/01.00005
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE
EMAIL DA EMPRESA LICITANTE
TELEFONE DA EMPRESA LICITANTE

ENVELOPE II – PROPOSTA COMERCIAL
CONCORRÊNCIA
SESC Nº 21/01.00005
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE
EMAIL DA EMPRESA LICITANTE
TELEFONE DA EMPRESA LICITANTE

8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE I

8.1 As licitantes deverão apresentar, no envelope de **HABILITAÇÃO**, os seguintes documentos:

8.1.1 Documentos relativos à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição dos seus administradores e respectivas alterações, se houver, podendo ser substituídos por certidão simplificada expedida pela Junta Comercial da sede da licitante; ou,

b) Comprovante de inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício. Este documento poderá ser substituído por certidão, em breve relatório, expedida pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

c) Documento comprobatório do representante legal da licitante:

1. Cópia da cédula de identidade do representante legal.
2. Procuração pública ou particular, caso a licitante se faça representar por procurador.

8.1.2 Documentos relativos à **REGULARIDADE FISCAL**:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da presente licitação;

- b) Prova de inscrição no Cadastro de contribuintes **municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual da presente licitação;
- c) Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abrange inclusive as contribuições sociais;
- d) Certidão Negativa de Tributos Estaduais, ou Positiva com Efeitos de Negativa;
- e) Certidão Negativa de Tributos Municipais, ou Positiva com Efeitos de Negativa;
- f) Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no cumprimento dos encargos instituídos por lei (exceto para o Empresário Individual).

8.1.3. Documentos relativos à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

a) Apresentar Certidão de Registro e Quitação, emitida pelo CREA ou CAU, na qual conste a compatibilidade entre a atividade regular da empresa e o objeto deste Edital:

a.1) No caso de a licitante ter sede em outro Estado e, conseqüentemente, ser inscrita no CREA ou CAU de origem (e a licitante vier a ser declarada vencedora do certame), deverá apresentar, obrigatoriamente (até a data da assinatura do respectivo instrumento de contrato), visto junto ao CREA/GO ou CAU/GO, por força do disposto na Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, em consonância com a Resolução n.º 413, de junho de 1997, do CONFEA;

b) Declaração de Indicação do (s) responsável (is) Técnico (s) pela execução do serviço, devendo ser obrigatoriamente, o (s) mesmo (s) profissional (is) que consta (m) dos documentos de capacidade técnica;

c) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA ou certidão de Registro no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, do (s) responsável (is) técnico (s) indicado (s) pela licitante na Declaração de Indicação do Responsável Técnico para a realização do objeto deste Edital;

d.1) No caso de o responsável técnico ter registro profissional em outro Estado e, conseqüentemente, ser inscrito no CREA ou CAU de origem (e a licitante vier a ser declarada vencedora do certame), deverá apresentar, obrigatoriamente (até a data da assinatura do respectivo instrumento de contrato), visto junto ao CREA – GO ou CAU - GO, por força do disposto na Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, em consonância com a Resolução n.º 413, de junho de 1997, do CONFEA;

d) Cópia de, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica profissional, emitido em nome do (s) responsável (is) Técnico (s) habilitado (s) pelo CREA ou CAU, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA ou CAU, que guarde semelhança com o objeto deste Edital, conforme quadro referencial abaixo:

e.1) QUADRO REFERENCIAL

ITEM	SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS	QUANTITATIVOS MÍNIMOS A SEREM COMPROVADOS
1	Atuação em execução de sistemas de impermeabilização de coberturas.	1.300 (mil e trezentos) m ² em CAT única e em edificação única.
2	Atuação em execução de pintura externa de edifício de, ao menos, 7 pavimentos ou 20 metros de altura.	4.000 (quatro mil) m ² em CAT única e em edificação única.
3	Atuação em execução de pintura interna de edificação.	10.000 (dez mil) m ² em CAT única e em edificação única.

e.2) Entende-se como profissional legalmente habilitado pelo CREA ou CAU, aquele que possua o Atestado Técnico e Certidão de Acervo Técnico - CAT com atribuições para a execução dos serviços

do objeto deste Edital devidamente comprovados pelo CREA ou CAU após consulta do mesmo. O Sesc/GO poderá realizar diligência junto ao CREA ou CAU para eventuais esclarecimentos;

8.1.4. Documentos relativos à **VISITA TÉCNICA**:

a) Apresentar declaração de visita fornecida pelo Gerente ou responsável da unidade Sesc Cidadania, demonstrando conhecimento para todos os fins de direito, todas as condições, facilidades e/ou dificuldades e recursos existentes para o cumprimento das obrigações objeto deste Edital.

8.1.5. Documentos relativos à **QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA**:

a) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, emitida a menos de 90 dias da data de abertura do certame.

8.1.6. Documentos relativos à **REGULARIDADE TRABALHISTA**

a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

9. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. A documentação necessária à habilitação deverá ser entregue dentro dos prazos de sua validade, por qualquer processo de cópia desde que perfeitamente legíveis ou ainda impressos por meio da Internet nos casos em que a legislação permitir. Neste caso, a sua veracidade poderá ser verificada pela Comissão de Licitação do SESC -GO.

9.2. Quando o órgão for omissivo em relação ao prazo de validade daqueles que o tenham, considerar-se-á o prazo de validade de 90 (noventa) dias, a contar da data da emissão.

9.3. Todos os documentos deverão ser no CNPJ da matriz ou da filial que estiver participando, exceção para aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente no CNPJ da matriz.

9.4. Documentos que a Comissão de Licitação possa verificar e/ou confirmar pela internet serão por ela considerados, quer quando não apresentados pelos licitantes, quer quando apresentados fora da validade, mas desde que constatados como válidos em diligência e registrando em ata a sua ocorrência, reconhecendo-lhes os efeitos para fins de habilitação.

9.5. No caso de empresas em situação de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar, para fins de habilitação, o plano de recuperação devidamente homologado e/ou certidão correspondente, devendo em qualquer dos casos comprovar a vigência do Plano a partir da data de abertura do certame, bem como durante a execução do contrato ou instrumento equivalente

9.6. Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, atestados de capacidade técnica emitida pela própria licitante.

10. PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE II

10.1. A proposta comercial deverá ser apresentada em papel timbrado, preferencialmente digitada, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, **sendo datada e assinada** pelo representante legal da empresa, **em envelope fechado e devidamente identificado**.

10.2. A proposta deverá ser elaborada, obedecendo ao edital e seus anexos, e devendo conter:

10.2.1. Razão Social completa da licitante, CNPJ, os quais deverão ser os mesmos constantes da documentação de habilitação, que serão utilizados para fins de assinatura do contrato.

10.2.2. Planilha orçamentária contendo os preços unitários e totais dos itens que compõem o serviço, compreendendo todas as despesas contratuais de materiais, equipamentos, mão de obra, Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), com respectivos encargos sociais e administrativos., que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, da entrega do objeto deste Edital.

10.2.3. Apresentar cronograma físico-financeiro constando as diferentes fases do desenvolvimento da obra, conforme tópico 3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS do Termo de Referência.

10.2.4. Caso a empresa licitante não apresente a Planilha Orçamentária para análise da proposta e o Cronograma físico-financeiro, a Comissão de Licitação poderá solicitá-la, em caráter de diligência, a fim de esclarecer ou de complementar a instrução do processo licitatório.

10.2.5. Ocorrendo divergência entre os valores representados em algarismos arábicos e os escritos por extenso, prevalecerão os por extenso.

10.2.6. Ocorrendo erros de adição será retificado conservando-se as parcelas corretas e se trocando a soma.

10.2.7. Incidindo erros de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o preço total será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade.

10.2.8. Configurado o erro detectado como vício material cuja solução não possa ser promovida pela Comissão de Licitação sem alterações de preços, a proposta será desclassificada.

10.2.9. Prazo de validade da proposta, condições de pagamento e prazo de execução dos serviços ou de fornecimento dos produtos deverão estar em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência. O silêncio da proposta quanto esses requisitos serão considerados como concordância às determinações do Edital.

10.2.10. A não solicitação de informações complementares, dentro do prazo de pedidos de esclarecimentos, por parte dos participantes implicará na tácita admissão de que as informações técnicas e jurídicas fornecidas foram consideradas suficientes.

10.2.11. É facultada à Comissão Permanente de Licitação, no caso de omissão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

10.2.12. Não serão levadas em consideração as propostas que não estiverem de acordo com as condições deste Instrumento Convocatório.

10.2.13. Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que a licitação tenha sido homologada, adjudicada e o contrato ou instrumento equivalente assinado, esta fica automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação contrária formal do licitante, por meio de e-mail para **licitacao@sescgo.com.br**, dirigida à Comissão de Licitação, caracterizando seu declínio em continuar na licitação.

10.3. Cálculo dos Benefícios Diretos e Indiretos (BDI):

10.3.1. Apresentar Composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) de Obra Civil e Equipamentos.

10.3.2. Os critérios de cálculo do BDI serão regidos de acordo com o Acórdão 2622/2013 do TCU, conforme a tabela abaixo com valores mínimos, médios e máximos aceitáveis. Esses são os custos indiretos a serem considerados na composição de custos para a proposta.

Cálculo do BDI - Com desoneração sobre a folha de pagamento			
Fórmula e parâmetros estabelecidos pelo Acórdão 2622/2013-TCU-Plenário			
Item	1º Quartil	3º Quartil	Adotado
Administração Central – AC	3,00	5,50	
Garantia + Seguro – GS	0,80	1,00	
Riscos – R	0,97	1,27	
Despesas Financeiras – DF	0,59	1,39	
Lucro – L	6,16	8,96	
Impostos (soma) – I	10,15	10,15	
PIS	0,65	0,65	

COFINS	3,00	3,00	
C.P.R.B.	4,50	4,50	
ISS - Município de GOIANIA-GO*	2,00*	2,00*	

10.3.3. A legislação do Município exclui os materiais do cálculo do ISS. Como o ISS é de 5%, deverá ser adotado percentual de Mão de Obra obtido através de cálculo e aplicado sobre valor do imposto.

- a) Cálculo = % de Mão de Obra x ISS Município de Goiânia (5%);
- b) Percentual de Mão de Obra obtido através da soma da mão de obra total dividido pelo Valor total do orçamento.

FÓRMULA	
$BDI = \{[(1+AC/100+S/100+R/100+G/100) \times (1+DF/100) \times (1+L/100) / (1-I/100)] - 1\} \times 100$	
TOTAL DO BDI DE OBRA CIVIL, APLICANDO-SE A FÓRMULA	

10.3.4. O valor total do BDI de obra civil deverá respeitar os limites mínimos e máximos de 20,34% e 25,00%, respectivamente, conforme acórdão 2622/2013 do TCU.

10.3.5. Os tributos Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) não devem integrar o cálculo do BDI, tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram o licitante, não devendo o ônus ser repassado ao Sesc/GO.

10.3.6. Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização, instalação de canteiro ou acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária, conforme modelo integrante deste Edital.

10.3.7. Os tributos devem ser calculados sobre o preço de venda; com isso, para a aplicação do tributo direto na composição, o mesmo deve ser corrigido pelo BDI desejado.

10.3.8. No caso de quaisquer determinações estaduais, ou municipais, que alterem para além do limite máximo previsto acima, as alíquotas de tributos, contribuições, impostos expressas acima, elas poderão ser consideradas no cálculo do BDI desde que sejam devidamente comprovadas e aprovadas formalmente pela Comissão de Licitação por meio de circular a todos os licitantes. Após a primeira sessão de recebimento das propostas, essa alteração não deverá mais ser efetuada, cabendo ao futuro executor da obra arcar com a diferença.

10.3.9. Quando a planilha orçamentária fornecida pelo Sesc/GO indicar nos seus itens serviços relativos a fornecimento e instalação de mobiliário e equipamentos, tais como:

- a) Máquinas de ar condicionado do tipo *split, fancoil, self contained* ou *chiller*;
- b) Elevadores de passageiros, ou para cadeirantes;
- c) Monta-cargas de qualquer tipo ou uso;
- d) Racks, hubs ou roteadores para sistemas de rede lógica com cabeamento estruturado;
- e) Sistema de sonorização para auditórios;
- f) Divisórias acústicas articuladas;
- g) Móveis de marcenaria sob medida;
- h) Equipamentos de cozinha industrial solidários à obra;

- i) Equipamentos de CFTV;
- j) Equipamentos de áudio e vídeo;

10.3.10. O valor de BDI para estes equipamentos deverá ser calculado de acordo com os critérios de cálculo do BDI regidos de acordo com o Acórdão 2622/2013 do TCU, conforme a tabela abaixo com valores mínimos, médios e máximos:

Cálculo do BDI de EQUIPAMENTOS - Com desoneração sobre a folha de pagamento Fórmula e parâmetros estabelecidos pelo Acórdão 2622/2013-TCU-Plenário			
Item	1º Quartil	3º Quartil	Adotado
Administração Central	1,50	4,49	
Seguro + Garantia	0,30	0,82	
Riscos	0,56	0,89	
Despesas Financeiras	0,85	1,11	
Lucro	3,50	6,22	
Impostos (soma)	8,15	8,15	
PIS	0,65	0,65	
COFINS	3,00	3,00	
C.P.R.B.	4,50	4,50	

FÓRMULA	
BDI = { [(1+AC/100+S/100+R/100+G/100) x (1+DF/100) x (1+L/100) / (1-I/100)] -1} x 100	
TOTAL DO BDI DE EQUIPAMENTOS, APLICANDO-SE A FÓRMULA	

10.3.11. O valor total do BDI de equipamentos deverá respeitar os limites mínimos e máximos de 11,10% e 16,80%, respectivamente, conforme acórdão 2622/2013 do TCU.

11. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

11.1. Até o dia e horário fixado no preâmbulo deste edital, cada licitante deverá entregar, no local indicado, em envelopes distintos e devidamente lacrados, os documentos exigidos para habilitação e proposta.

11.2. A Sessão se inicia com a realização do credenciamento dos representantes legais e em seguida será realizada a abertura dos envelopes que tratam da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.2.1. Os representantes credenciados que estiverem presentes e os membros da Comissão Permanente de Licitação deverão rubricar as documentações apresentadas. Os envelopes das propostas comerciais ficarão sob a guarda da Comissão até o julgamento da habilitação.

11.2.2. Se habilitadas todas as empresas participantes e havendo desistência expressa da intenção de interposição de recursos por algum representante credenciado no caso de haver licitantes inabilitados, os envelopes relativos à proposta comercial serão abertos.

11.2.3. Caso houver licitante(s) inabilitado(s) cujo(s) representante(s) não estiver(em) presente(s) na sessão, o Presidente da Comissão de Licitação agendará nova sessão de abertura dos envelopes de propostas.

11.2.4. Serão lavradas atas circunstanciadas logo após a abertura dos envelopes, que serão assinadas pelos representantes credenciados das empresas presentes e membros da Comissão Permanente de Licitação, bem como serão vistas as documentações, propostas e seus anexos.

11.2.5. Após a abertura do primeiro envelope não mais será admitida a participação de retardatários.

11.3. O não credenciamento do representante da licitante não implica na inabilitação da empresa.

11.4. Serão consideradas habilitadas as empresas licitantes que apresentarem os documentos conforme este Edital.

12. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

12.1. Observadas as demais condições deste edital e seus anexos, o julgamento desta licitação será feito pelo critério de menor preço.

12.2. A Comissão de Licitação, se necessário, será auxiliada nos trabalhos de julgamento, pelos setores competentes da Administração Regional e das Unidades Operacionais do SESC em Goiás.

12.3. As propostas que não atenderem integralmente as exigências deste Edital e seus anexos serão desclassificadas.

12.4. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate entre elas far-se-á pela ordem dos seguintes critérios:

- a) Empresas locais (Goiás);
- b) Empresa com registro de início das atividades mais antigo.

12.5. A Direção Regional do SESC Goiás poderá, até a homologação e adjudicação, desclassificar licitantes, eximindo-se desde já de indenizações ou ressarcimentos de qualquer natureza e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver notícia de quaisquer fatos ou circunstâncias anteriores à adjudicação, que desabonem sua idoneidade.

12.6. Havendo desclassificação da empresa licitante vencedora por descumprimento do contrato, o SESC/AR Goiás poderá convocar, segundo a ordem de classificação, outros licitantes, para executar os serviços objeto desta licitação, se não preferir proceder à nova licitação.

12.7. Durante o procedimento do julgamento das propostas, a Comissão de Licitação poderá, a seu critério, solicitar esclarecimentos dos licitantes ou promover diligências julgadas convenientes, visando à consecução dos objetivos pretendidos.

12.8. O processo da licitação, devidamente instruído com o relatório, as propostas e a documentação das firmas licitantes, logo após o julgamento, será encaminhado à autoridade competentes para exame e homologação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Os resultados da fase de habilitação e de propostas serão divulgados através do site do SESC Goiás www.sescgo.com.br.

13.2. Das decisões publicadas caberão recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da divulgação, sendo de inteira responsabilidade do interessado o seu acompanhamento. O recurso deverá ser apresentado por escrito, contendo identificação da empresa, datado e assinado pelo representante legal, por meio eletrônico ao e-mail: licitacao@sescgo.com.br ou encaminhados ao endereço Rua 31-A, nº 43, Quadra 26-A, Lote 27-E, Setor Aeroporto, Goiânia – GO.

13.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.4. O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. O licitante que puder vir a ter a sua situação efetivamente prejudicada em razão de recurso interposto poderá sobre ele se manifestar por meio de contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação.

13.6. Os recursos serão julgados no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data final para sua interposição e, existindo contrarrazões, da data final para apresentação da manifestação, comunicando-se os interessados, através de meio eletrônico, do resultado do julgamento.

13.7. Os recursos terão efeito suspensivo.

13.8. Para fins de contagem de prazo, deverá ser excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, devendo os dias ser contados consecutivamente, sendo que seu início e término se darão sempre em dia de funcionamento da Administração Regional SESC Goiás.

13.9. Concluídos os procedimentos, inclusive com os resultados de eventuais recursos, a Comissão de Licitação encaminhará o processo à autoridade competente para homologar e adjudicar o procedimento de licitação.

14. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

14.1. Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou legal na interpretação deste Edital deverão solicitar esclarecimentos por escrito dirigido à Comissão de Licitação, por meio eletrônico, através do e-mail licitacao@sescgo.com.br, até 2 (dois) dias úteis anteriores a data fixada para a Sessão Pública.

14.2. A Comissão de Licitação não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do SESC/GO quanto do emissor.

14.3. No prazo de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório, via e-mail através do endereço eletrônico licitacao@sescgo.com.br em documento fundamentado e devidamente datado e assinado, ou via Correios, ou por petição dirigida e protocolada à Comissão de Licitação no endereço Rua 31-A nº 43 Qd 26-A Lt 27-E, Setor Aeroporto, Goiânia – Goiás, até às 18h00.

14.4. A Comissão de Licitação receberá a Impugnação e encaminhará à Autoridade Competente para decisão em grau final no prazo de até 10 (dez) dias úteis, comunicando a todos interessados. Não impugnado o ato convocatório nesse prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de documentos e proposta, não cabendo aos licitantes o direito a qualquer reclamação posterior, precluindo toda matéria constante dele.

14.5. A(s) resposta(s) ao(s) pedido(s) de esclarecimento(s), bem como demais alterações, será(o) enviada(s) ao(s) solicitantes e divulgada(s) na página eletrônica do SESC Goiás www.sescgo.com.br/licitacoes.

15. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

15.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinatura **do contrato de serviços** no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação, sob as penas da lei.

15.2. A contratação do objeto da presente licitação será através de assinatura do **contrato ou instrumento equivalente**, sendo que os serviços ou produtos objeto desta licitação serão iniciados ou entregues a contar da data estabelecida no contrato, no qual constarão os compromissos assumidos.

15.3. A empresa vencedora obriga-se a executar os serviços objeto desta licitação seguindo rigorosamente todas as especificações contidas no Edital e seus anexos.

15.4. A recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar a empresa licitante as seguintes penalidades:

15.4.1. Perda do direito à contratação;

15.4.2. Suspensão do direito de licitar ou contratar com o SESC-GO, por período de até 02 (dois) anos.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. A Contratada, na execução do serviço, sem prejuízo das responsabilidades e obrigações contratuais e legais, poderá subcontratar até 30% do objeto licitado.

16.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações correspondentes ao objeto da subcontratação.

16.3. É obrigação da contratada apresentar à contratante a documentação exigida no tópico 8 deste Edital, das empresas eventualmente subcontratadas, após assinatura do contrato e para efeito de pagamento, nos termos do art. 28 da Resolução do Sesc 1.252/12.

16.4. Será permitido que a contratada mude a empresa subcontratada na vigência do contrato da prestação de serviço, desde que cumpra as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, apresente a documentação do tópico 8 deste Edital e que não haja prejuízo ao atendimento do objeto.

17. GARANTIA DO SERVIÇO

17.1. A contratada deverá garantir todos os serviços por ela executados, bem como todos os materiais por ela fornecidos.

17.2. Na ausência de normas específicas para estabelecimentos não residenciais, as garantias dos serviços prestados deverão ser conforme o anexo D da ABNT NBR 15575-1:2021 e demais partes pertinentes. A contratada deverá fornecer garantia de todos os sistemas e subsistemas em que foram feitas interferências. O nível de desempenho considerado deverá ser o “intermediário”, havendo acréscimo de 25% nos prazos de garantia constantes da tabela D.1 da ABNT NBR 15575-1:2021 e demais partes pertinentes.

17.3. A contratada deverá fornecer manual de uso, operação e manutenção (conforme ABNT NBR 5674:2012) de todos os sistemas em que foram feitas interferências, de forma que a contratante possa realizar manutenções preventivas a fim de se atingir a vida útil de projeto (VUP) para os sistemas, conforme tabela C.6 da ABNT NBR 15575-1:2021 e demais partes pertinentes.

17.4. Excluem-se da garantia os casos devidamente comprovados de má conservação, ou de mau uso por parte da contratante.

17.5. A contratada deverá ainda fornecer garantias pelas obras executadas de acordo com o determinado no Código de Defesa do Consumidor e no Código Civil.

18. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

18.1. No momento da assinatura do Contrato para fiel cumprimento das obrigações assumidas, a contratada prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

18.2. A garantia, poderá ser realizada através de caução em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia pela Contratante para assegurar o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) Multas punitivas aplicadas à licitante contratada;

18.3. Prejuízos diretos causados ao contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

19. DAS PENALIDADES

19.1. Em caso de inadimplemento total, parcial, sem motivo de força maior, a licitante estará sujeita, no que couber, e garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes hipóteses:

19.1.1. Por atraso injustificado ou por inexecução parcial:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia incidente sobre o valor correspondente ao material ou serviço objeto desta licitação; e
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o SESC-GO, por um prazo de até 2 (dois) anos.

19.1.2. Por inexecução total do objeto desta licitação:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato; e
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o SESC-GO, por um prazo de até 2 (dois) anos

19.2. As multas estabelecidas neste item são independentes e terão aplicação cumulativa e consecutivamente, de acordo com as normas que regeram a licitação, mas somente serão definitivas depois de exaurida a fase de defesa prévia da empresa adjudicada.

19.3. Quando não pagos em dinheiro pela empresa adjudicada, os valores das multas eventualmente aplicadas serão deduzidos pelo SESC-GO, dos pagamentos devidos e, quando for o caso, cobrado judicialmente.

19.4. Quando se tratar de inexecução parcial, o valor da multa será proporcional ao produto que deixou de ser entregue / serviço que deixou de ser executado.

19.5. Caso haja a recusa injustificada em assinar o Contrato ou Instrumento equivalente no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da convocação, a empresa estará sujeita a suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o SESC-GO, por um prazo de até 2 (dois) anos e dará ao SESC-GO o direito de homologar e adjudicar esta licitação aos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

19.5.1. O prazo de convocação para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo SESC-GO.

19.6. Em caso de reincidência por atraso injustificado será a empresa penalizada nos termos do art. 32, da Resolução SESC nº 1.252/2012.

20. DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

20.1. Os pagamentos serão realizados em até 15 (quinze) dias subsequentes à entrega da nota fiscal, desde que os materiais ou serviços tenham sido conferidos e aceitos pelo SESC-GO, e será feito preferencialmente através de boleto bancário. Não sendo possível sua emissão o pagamento poderá ser feito através de crédito em conta corrente da empresa licitante.

20.1.1. A empresa deverá indicar em sua nota fiscal ou fatura o banco, agência e conta corrente, onde será efetuado o crédito bancário referente à execução do objeto desta contratação, desde que o mesmo tenha sido executado e aceito pelo SESC-GO.

20.2. Os dados de faturamento da empresa contratada constantes na nota fiscal deverão estar vinculados ao Contrato ou instrumento equivalente.

20.2.1. Se, durante a vigência dos documentos citados anteriormente, houver alterações no contrato social da empresa tais como, CNPJ, razão social, endereço, elas deverão ser informadas por meio formal à Seção de Gestão de Contratos do SESC-GO.

20.3. Nenhum pagamento isentará a contratada das responsabilidades deste Edital, quaisquer que forem, nem implicará em aprovação definitiva dos respectivos serviços executados, total ou parcialmente.

20.4. No valor deverão estar incluídas todas as despesas com salários, encargos sociais, tributos, descontos, emolumentos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, contribuições fiscais e parafiscais, uniformes, EPI's, EPC's, administração, transportes, impostos, despesas diretas e indiretas em geral e demais condições de realização do serviço devidas em decorrência, direta e/ou indireta, da execução do objeto desta licitação.

20.5. É vedada a negociação de faturas ou títulos de créditos com instituições financeiras.

20.6. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou dos produtos fornecidos, o prazo de pagamento será contado a partir de sua regularização.

20.7. Não serão considerados como inadimplemento os atrasos provocados por motivos de força maior e caso fortuito, devidamente comprovados, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o evento e aceitos pelo SESC Goiás.

20.7.1. O SESC-GO poderá sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

- a) Entrega do objeto desta licitação em desobediência às condições estabelecidas neste instrumento;
- b) Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

20.8. O local da prestação de serviço e de faturamento deverá ocorrer conforme a seguir:

a) Sesc Cidadania - Razão Social: SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO - SESC

CNPJ: 03.671.444/0009-02 I.E: Isento

Endereço: Rua C-197, c/ Rua C-224, Qd. 498 Lt. 1/21 n° 600, Jardim América, Goiânia – GO.

CEP: 74.270-040.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. As decisões relativas a esta licitação, eventuais alterações no edital e seus anexos serão comunicadas por meio do endereço eletrônico www.sescgo.com.br/licitacoes.

21.2. Não constituirão motivo de desclassificação simples omissões, irrelevantes para o entendimento das propostas ou que não causem prejuízo para a Administração, nem firam os direitos das demais licitantes.

21.3. Fica facultado ao SESC-GO o direito de, a qualquer momento, determinar a complementação ou acréscimo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento). O contrato ou instrumento equivalente celebrado entre o SESC-GO e a empresa vencedora da licitação, poderá ser prorrogado até o limite máximo de 60 (sessenta) meses em acordo com a Resolução SESC nº 1.252/2012.

21.4. É facultada à Comissão de Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

21.5. A participação na presente licitação implica na aceitação integral das normas contidas neste Edital e na observância às regras, preceitos legais e regulamentares pertinentes.

21.6. O resultado final desta licitação será submetido à homologação da autoridade competente da Administração Regional do SESC-GO.

21.7. O SESC-GO poderá adiar ou suspender os procedimentos licitatórios, dando conhecimento aos interessados, se assim exigirem as circunstâncias, sem que caiba qualquer direito aos licitantes.

21.8. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, podendo a Comissão de Licitação, desclassificá-la, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação pertinente, caso seja constatada a ocorrência de imprecisão ou falsidade das informações e/ou dos documentos apresentados.

21.9. A Comissão de Licitação poderá sugerir ao Diretor Regional do SESC-GO a revogação desta Licitação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que dessa decisão possa resultar indenizações aos interessados.

21.10. Todas as referências a horário neste edital consideram o horário de Brasília - DF.

21.11. O SESC/AR se reserva o direito de cancelar unilateralmente esta licitação, a qualquer momento, no todo ou em parte, antes da formalização do contrato, não cabendo às licitantes quaisquer direitos, vantagens ou reclamações, a que título for.

21.12. São partes integrantes deste Edital os seguintes documentos:

- a) Anexo I – Termo de Referência
- b) Anexo II – Projetos 1
- c) Anexo III – Projetos 2
- d) Anexo IV – Projetos 3
- e) Anexo V – Projetos 4
- f) Anexo VI – Projetos 5
- g) Anexo VII – Projetos 6
- h) Anexo VIII – Projetos 7
- i) Anexo IX – Projetos 8
- j) Anexo X – Projetos 9
- k) Anexo XI – Projetos 10
- l) Anexo XII – Projetos 11
- m) Anexo XIII – Planilha Orientativa
- n) Anexo XIV – Modelo de Proposta Comercial
- o) Anexo XV – Declaração de Visita
- p) Anexo XVI – Minuta de Contrato

Goiânia, 23 de agosto de 2021.

Comissão de Licitação – SESC/GO